

# Edital 4/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2025	158142-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	NEUZIANE CAVALCANTE COSTA	23/04/2025 21:47 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23443.015798/2024-66

## 1. DO OBJETO

### PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2025

### CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (158142)

### OBJETO

A presente contratação visa à aquisição de materiais de consumo classificados como gêneros alimentícios (água mineral, açúcar, gás de cozinha, café e botijão para gás) para atender às necessidades da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.116.063,07

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação no PNCP

### Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

**Modo de disputa:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

SIM

***INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - 158142*****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

(Processo Administrativo nº 23443.015798/2024-66)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, sediado(a) Rua Ferreira Pena, 1109, Centro, Cep: 69025-010, Manaus – Amazonas, por meio do(a) Pró Reitoria de Administração, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade [CONCORRÊNCIA] OU [PREGÃO ELETRÔNICO], na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de consumo, especificamente gêneros alimentícios como água mineral, garrafão para armazenamento de água mineral, açúcar, gás de cozinha, café e botijão para gás, é indispensável para atender às demandas diárias e regulares da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os grupos 2,3,4,6,8,10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

O Tópico 4 foi suprimido, uma vez que o orçamento não será sigiloso. O sigilo do orçamento somente se aplica nos casos em que a Administração demonstrar que a publicidade pode comprometer o interesse público, especialmente em licitações que envolvam serviços de natureza estratégica ou segurança nacional, o que não se amolda ao caso concreto.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo constante do quadro estimado pela administração.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.[A4]

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de ..... (....)**. [A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado. [A3]

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de **até 20%**, conforme previsto no **§ 6º do art. 24 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 80, de 21 de fevereiro de 2025**, que revogou a IN SEGES/ME nº 73/2022 e passou a disciplinar os critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por **margem de preferência regional ou local**, o percentual referido na disposição anterior será de **até 20%**, conforme previsto no **§ 5º do art. 25 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 80, de 21 de fevereiro de 2025**, que estabelece diretrizes para a aplicação de critérios de preferência nas contratações públicas, inclusive para fins de desenvolvimento sustentável e promoção da economia local.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015[A6] ).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A12]

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo

segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por email: [licita@ifam.edu.br](mailto:licita@ifam.edu.br).

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e[A3]

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 (quinze) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 20 (vinte) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. O quantitativo inicialmente registrado poderá ser restabelecido quando da renovação da vigência da ata de registro de preços desde que: (a) seja comprovado o preço vantajoso; (b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; (c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação e (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrado por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência;

"2.2. Análise Neste cenário, verifica-se da instrução processual, então, que manifestaram-se nos autos a CGAQ/SCGP/CGU/AGU, a CONJUR/CGU, a CONJUR/MGI, a PGFN, a CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e a CNLCA/CGU/AGU convergindo o entendimento no sentido de que há a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços desde que: (a) seja comprovado o preço vantajoso; (b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; (c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação e (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrado por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência."

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme disposto no item 14.1.3, caracterizará **descumprimento total da obrigação assumida**, sujeitando-o às **penalidades cabíveis** e à **imediata perda da garantia da proposta**, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, **nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 80, de 21 de fevereiro de 2025**.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [licita@ifam.edu.br](mailto:licita@ifam.edu.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico o <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/licitacoes>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

..... , ..... de ..... de 20.....

**FÁBIO TEIXEIRA LIMA**

**Autoridade Competente**

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO TEIXEIRA LIMA**

Autoridade competente

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	158142-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	JULIO CESAR DE FREITAS PINHEIRO	11/04/2025 17:25 (v 13.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23443.015798/2024-66

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC  
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
(Processo Administrativo nº23443.015798/2024-66)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios, a saber: café, açúcar, água mineral, vasilhame de 20 litros para água mineral, gás GLP e botija para gás para atender à Reitoria e Campi do IFAM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - REITORIA ENDEREÇO: RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, MANAUS/AM, CEP: 69025-010.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	2500	R\$ 21,37	R\$ 53.425
2	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	2500	R\$ 4,94	R\$ 12.350,00
3	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	8250	R\$ 10,15	R\$ 83.737,5
4	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	414	R\$ 19,47	R\$ 8.060,58
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 157.573,08</b>
<b>GRUPO 2 - REITORIA</b> <b>ENDEREÇO: RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, MANAUS/AM, CEP: 69025-010</b>						
5	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	Quilograma	910 kg	R\$ 10,51	R\$ 9.564,10
6	Botijão para gás: Acessórios: com válvula e mecanismo de segurança, capacidade: cerca de 13, uso: doméstico	461517	unid.	70	R\$ 266,44	R\$ 18.650,8
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 28.214,9</b>

<b>GRUPO 1 - POLO DE INOVAÇÃO</b> <b>ENDEREÇO: Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 1672 - Distrito Industrial.</b> <b>CEP 69.075-351 - Manaus/AM</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500g	336	R\$ 21,37	R\$ 7.180,32
8	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	240	R\$ 4,94	R\$ 1.185,60

9	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão	384	R\$ 10,15	R\$ 3.897,6
10	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222 /14328	402921	Unid.	10	R\$ 19,47	R\$ 194,70
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 12.458,22</b>
<b>GRUPO 2 - POLO DE INOVAÇÃO</b>  <b>ENDEREÇO: Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 1672 - Distrito Industrial. CEP 69.075-351 - Manaus/AM</b>						
11	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	Quilograma	195	R\$ 10,51	R\$ 2.049,45
12	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unid.	15	R\$ 266,44	R\$ 3.996,60
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 6.046,05</b>

<b>GRUPO 3 - CAMPUS HUMAITÁ</b>  <b>ENDEREÇO: RODOVIA BR 230 - KM 7, S/N ROD. TRANSAMAZÔNICA - B.ZONA RURAL</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	280	R\$ 21,37	R\$ 5.983,6
14				220	R\$ 4,94	R\$ 1.086,8

	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg			
<b>15</b>	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garraão de 20L	500	R\$ 10,15	R\$ 5.075
<b>16</b>	Garraão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	60	R\$ 19,47	R\$ 1.168,2
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 13.313,6</b>
<b>GRUPO 4 - CAMPUS HUMAITÁ</b> <b>ENDEREÇO: RODOVIA BR 230 - KM 7, S/N ROD. TRANSAMAZÔNICA - B.ZONA RURAL</b>						
17	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	1170	R\$ 10,51	R\$ 12.296,7
18	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	8	R\$ 266,44	R\$ 2.131,52
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 14.428,22</b>

<b>GRUPO 5 - CAMPUS MANACAPURU</b> <b>ENDEREÇO: Estrada Manoel Urbano, km 77, próximo ao Rio Miriti</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
<b>19</b>	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	2500	R\$ 21,37	R\$ 53.425,00
<b>20</b>	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	2500	R\$ 4,94	R\$ 12.350,00

<b>21</b>	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	8000	R\$ 10,15	R\$ 81.200,00
<b>22</b>	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	500	R\$ 19,47	R\$ 9.735,00
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 156.710,00</b>
<b>GRUPO 6 - CAMPUS MANACAPURU</b>						
<b>ENDEREÇO:</b> Estrada Manoel Urbano, km 77, próximo ao Rio Miriti						
<b>23</b>	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	780	R\$ 10,51	R\$ 8.197,8
<b>24</b>	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	60	R\$ 266,44	R\$ 15.986,40
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 24.184,2</b>

<b>GRUPO 7 - CAMPUS IRANDUBA</b>						
<b>ENDEREÇO:</b> Rodovia Carlos Braga Km 1, s/n - Zona Rural, Iranduba - AM						
<b>CEP:</b> 69415-000						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTI-DADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL [A2] [A3]</b>
<b>25</b>	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	2500	R\$ 21,37	R\$ 53.425,00
<b>26</b>	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	2500	R\$ 4,94	R\$ 12.350,00
<b>27</b>	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	8000	R\$ 10,15	R\$ 81.200,00
<b>28</b>	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico	402921	Unidade	500	R\$ 19,47	R\$ 9.735,00

	retornável, conforme NBR 14222/14328					
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 156.710,00</b>
<b>GRUPO 8 - CAMPUS IRANDUBA</b> <b>ENDEREÇO:</b> Rodovia Carlos Braga Km 1, s/n - Zona Rural, Iranduba - AM <b>CEP:</b> 69415-000						
<b>29</b>	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	520	R\$ 10,51	R\$ 5.465,2
<b>30</b>	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	40	R\$ 266,44	R\$ 10.657,6
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 16.122,8</b>

<b>GRUPO 9 - CAMPUS AVANÇADO DE BOCA DO ACRE</b> <b>ENDEREÇO:</b> R PRIMEIRO DE MAIO SN, Boca do Acre/AM						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>31</b>	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	2500	R\$ 21,37	R\$ 53.425,00
<b>32</b>	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	2500	R\$ 4,94	R\$ 12.350,00
<b>33</b>	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	8000	R\$ 10,15	R\$ 81.200,00
<b>34</b>	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável,	402921	Unidade	500	R\$ 19,47	R\$ 9.735

	conforme NBR 14222/14328					
SUBTOTAL					R\$ 156.710,00	
GRUPO 10 - CAMPUS AVANÇADO DE BOCA DO ACRE ENDEREÇO: R PRIMEIRO DE MAIO SN, Boca do Acre/AM						
35	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	780	R\$ 10,51	R\$ 8.197,8
36	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	60	R\$ 266,44	R\$ 15.986,40
SUBTOTAL						R\$ 24.184,2

GRUPO 11 - CAMPUS TEFÉ  ENDEREÇO: Escola Municipal Prof. Luzivaldo Castro – Rua João Stefano, 625, Juruá. Tefé/AM. CEP: 69470-000						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
37	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	1000	R\$ 21,37	R\$ 21.370,00
38	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	1000	R\$ 4,94	R\$ 4.940,00
39	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	4000	R\$ 10,15	R\$ 40.600

40	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	500	R\$ 19,47	R\$ 9.735
SUBTOTAL						R\$ 76.645,00
<b>GRUPO 12 - CAMPUS TEFÉ</b>  <b>ENDEREÇO: Escola Municipal Prof. Luzivaldo Castro – Rua João Stefano, 625, Juruá. Tefé/AM. CEP: 69470-000</b>						
41	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	910	R\$ 10,51	R\$ 9.564,1
42	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	70	R\$ 266,44	R\$ 18.650,80
SUBTOTAL						R\$ 28.214,90

<b>GRUPO 13 - CAMPUS COARI</b>  <b>ENDEREÇO: Estrada Coari-Itapeuá, s/no, km 2, Itamaraty. Coari/AM. CEP: 69460-00</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
43	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	280	R\$ 21,37	R\$ 5.983,6
44	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	210	R\$ 4,94	R\$ 1.037,4
45		445485		1500	R\$ 10,15	R\$ 15.225

	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás		Garrafão de 20L			
46	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222 /14328	402921	Unidade	100	R\$ 19,47	R\$ 1.947
SUBTOTAL						R\$ 24.193,00
GRUPO 14 - CAMPUS COARI						
ENDEREÇO: Estrada Coari-Itapeuá, s/no, km 2, Itamaraty. Coari/AM. CEP: 69460-00						
47	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	450	R\$ 10,51	R\$ 4.729,5
48	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	8	R\$ 266,44	R\$ 2.131,52
SUBTOTAL						R\$ 6.861,02

GRUPO 15 - CAMPUS MAUÉS						
ENDEREÇO: Estrada dos Moraes, S/N, Senador José Esteves, CEP: 69.190-000, Maués /AM.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
49	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	624	R\$ 21,37	R\$ 13.334,88
50				650	R\$ 4,94	R\$ 3.211

	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg			
SUBTOTAL						R\$ 16.545,88

GRUPO 16 - CAMPUS LÁBREA						
ENDEREÇO: AV. 22 DE OUTUBRO S/N, Lábrea/AM, CEP: 69830000						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
51	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	500	R\$ 21,37	R\$ 10.685
52	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	500	R\$ 4,94	R\$ 2.470
53	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	1000	R\$ 10,15	R\$ 10.150
54	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	20	R\$ 19,47	R\$ 389,40
SUBTOTAL						R\$ 23.694,40
CAMPUS LÁBREA						
ENDEREÇO: AV. 22 DE OUTUBRO S/N, Lábrea/AM, CEP: 69830000						
55	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	2470	R\$ 10,51	R\$
SUBTOTAL						R\$ 25.959,70

<b>GRUPO 17 - 158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS</b> <b>Endereço: Av. C-198, 500 - Jardim América, Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74270-040</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
56	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	600	R\$ 21,37	R\$ 12.822
57	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	250	R\$ 4,94	R\$ 1.235
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 14.057</b>

<b>GRUPO 18 - CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL</b> <b>ENDEREÇO: AV. GOV. DANILIO DE MATOS AREOSA, 1975 - BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL, Manaus /AM, CEP: 69075-351</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
58	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	650	R\$ 21,37	R\$ 13.890,5
59	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	463997	Embalagem 1kg	650	R\$ 4,94	R\$ 3.211
60	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	445485	Garrafão de 20L	600	R\$ 10,15	R\$ 6.090
61	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328	402921	Unidade	30	R\$ 19,47	R\$ 584,1
<b>SUBTOTAL</b>						<b>R\$ 23.775,6</b>

GRUPO 19 - CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL						
ENDEREÇO: AV. GOV. DANILIO DE MATOS AREOSA, 1975 - BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL, Manaus /AM, CEP: 69075-351						
62	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	260	R\$ 10,51	R\$ 2.732,6
63	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	461517	Unidade	5	R\$ 266,44	R\$ 1.332,2
SUBTOTAL						R\$ 4.064,8

GRUPO 20 - 193028 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/AM						
Endereço: Av. Min. Mario Andreazza, nº 1424 - Distrito Industrial - Manaus/AM						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
64	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses	463592	Pacote 500gr	2000	R\$ 21,37	R\$ 42.740
65	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	463997	Garraão de 20L	5500	R\$ 10,15	R\$ 55.825
SUBTOTAL						R\$ 98.565,00
GRUPO - 193028 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/AM						
Endereço: Av. Min. Mario Andreazza, nº 1424 - Distrito Industrial - Manaus/AM						
66	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	461652	KG	650	R\$ 10,51	R\$ 6.831,5
SUBTOTAL						R\$ 6.831,5

TOTAL	R\$ 1.116.063,07
-------	------------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a demanda por gêneros alimentícios e gás GLP é constante e essencial para a manutenção das atividades da Reitoria do IFAM, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 10792928000100-0-000003/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 2 / 3 / 5 / 6 / 10 /11
- IV) Classe/Grupo: 8960 / 6830 / 8955 / 8925 / 8125 / 8120
- V) Identificador da Futura Contratação: 158142-4/2025 / 158142-4/2025 / 158142-3/2025 / 158142-3/2025 / 158142-7/2025 / 158142-8/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):

4.1.1. Os bens adquiridos deverão atender aos seguintes:

- Composição Sustentável: Ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.
- Acondicionamento: Preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis. As embalagens devem garantir a máxima proteção dos produtos durante o transporte e armazenamento, reduzindo o impacto ambiental.
- Substâncias Restritas: Não conter substâncias perigosas em concentração acima dos limites especificados na diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), incluindo: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil-polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- As características exigidas deverão ser comprovadas mediante apresentação de laudos técnicos, certificados ou declarações do fabricante, quando aplicável.

4.1.2. Requisitos Específicos para Água Mineral: Para a aquisição de água mineral, devem ser observadas as seguintes condições:

- O fabricante deve estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme disposto no artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

4.1.3. Requisitos Específicos para a Aquisição de Botijões de Gás de Cozinha

- Materiais e Conformidade: Botijões fabricados com materiais recicláveis, atóxicos e em conformidade com as normas ABNT NBR 8460 e certificação INMETRO.
- Logística Reversa: Implementação de sistemas para recolhimento e destinação adequada de botijões descartados, conforme a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Transporte e Embalagem: Transporte sustentável com rotas otimizadas e veículos de baixa emissão. Embalagens mínimas, recicláveis ou biodegradáveis. Certificações Ambientais Preferência por fabricantes certificados, como ISO 14001, que atestem práticas de gestão ambiental.
- Durabilidade: Botijões de longa vida útil e reutilizáveis, com garantias de segurança e desempenho.
- Impacto Social e Ético: Fornecedores em conformidade com legislações trabalhistas e ambientais, promovendo práticas responsáveis.
- Uso Sustentável: Fornecimento de orientações para consumo eficiente e seguro do gás de cozinha.

4.1.4. Logística Reversa e Destinação Ambientalmente Adequada: A contratada deverá implementar sistemas de logística reversa, nos seguintes termos:

- Recolhimento e Destinação: Recolher os resíduos gerados junto aos usuários de origem, possibilitando a entrega dos materiais ao fornecedor original ou a um estabelecimento comercial autorizado para fins de reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada.
- Independência do Serviço Público: O sistema de logística reversa deverá ser independente dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

- Cadastro Ambiental: A contratada deve estar registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, garantindo o cumprimento integral das normas ambientais aplicáveis.

4.1.5. Monitoramento e Fiscalização: A Administração se reserva o direito de monitorar o cumprimento das práticas de sustentabilidade estabelecidas, podendo solicitar documentação comprobatória ou realizar inspeções sempre que necessário.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. A entrega será feita de forma parcelada, conforme ETP.
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ÓRGÃO	ENDEREÇO
REITORIA DO IFAM	Rua Ferreira Pena, Nº 1109, Centro, Manaus/Am, CEP: 69025-010.
POLO DE INOVAÇÃO DO IFAM	Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 1672 - Distrito Industrial, Manaus/AM, CEP: 69.075-351.
CAMPUS HUMAITÁ	Rodovia Br 230 - Km 7, S/N Rod. Transamazônica - B. Zona Rural
CAMPUS MANACAPURU	Estrada Manoel Urbano, S/N, km 77, próximo ao Rio Miriti, Manacapuru/AM, CEP: 69401-830.

<b>CAMPUS IRANDUBA</b>	Rodovia Carlos Braga Km 1, s/n - Zona Rural, Iranduba – AM, CEP: 69415-000
<b>CAMPUS AVANÇADO DE BOCA DO ACRE</b>	Rua Primeiro de Maio, S/N, Boca Do Acre/AM, CEP: 69850-000
<b>CAMPUS TEFÉ</b>	Escola Municipal Prof. Luzivaldo Castro – Rua João Stefano, 625, Juruá. Tefé /AM. CEP: 69470-000
<b>CAMPUS COARI</b>	Estrada Coari-Itapeuá, s/no, km 2, Itamaraty. Coari/AM. CEP: 69460-000
<b>CAMPUS MAUÉS</b>	Estrada dos Moraes, S/N, Senador José Esteves, Maués/AM, CEP: 69.190-000.
<b>CAMPUS LÁBREA</b>	Avenida 22 de Outubro, S/N, Lábrea /AM, CEP: 69830-000.
<b>CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL</b>	Av. Gov. Danilio De Matos Areosa, 1975 - Bairro Distrito Industrial, Manaus/AM, CEP: 69075-351
<b>INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE GOIÁS</b>	Av. C-198, 500 - Jardim América, Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74270-040
<b>SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/AM</b>	Endereço: Av.min. Mario Andreazza, nº 1424 - Distrito Industrial - Manaus (AM), CEP: 69075-830

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.1.13. Verificação de Conformidade: Avaliar se os gêneros alimentícios e o gás GLP estão de acordo com as normas sanitárias, de segurança descritas e demais especificidades descritas no ETP.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16.8. realizar reunião com registro em ata com a contratada ou enviar mensagem do e-mail institucional com solicitação de confirmação de leitura para a dirimir eventuais não conformidades, conforme o registro da ocorrência realizado pelos fiscais e com a presença deles na reunião.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (**meio** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (*quarenta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito[A11]**

8.38 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditórios com instituição financeira, nos termos da **Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025**, que regulamenta as operações de crédito garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos administrativos. A operação deverá observar os procedimentos previstos na referida normativa e demais disposições do presente instrumento.

8.39. As cessões de crédito **não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82/2025** dependerão de prévia aprovação do Contratante, devendo ser formalmente justificadas e submetidas à análise jurídica e administrativa.

8.40. A eficácia da cessão de crédito **não enquadrada na IN SEGES/MGI nº 82/2025**, perante a Administração, está condicionada à celebração de **termo aditivo ao contrato administrativo**, o qual estabelecerá os limites, garantias e obrigações entre as partes envolvidas.

8.41. Sem prejuízo do cumprimento integral das obrigações contratuais por parte do Contratado (cedente), a celebração de aditivo para cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos ficam condicionadas à **regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do cessionário**, bem como à certificação de que este **não se encontra impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública**, conforme a legislação em vigor e especialmente o disposto no art. 12 da **Lei nº 8.429/1992** (atualmente atualizada pela **Lei nº 14.230/2021**).

8.42. O crédito a ser pago à cessionária corresponderá **exclusivamente ao valor que seria devido à contratada pela execução do objeto contratual**, preservando-se integralmente:

- todas as cláusulas de exceção ao pagamento;
- condições de pagamento por fato gerador efetivamente comprovado;
- possibilidade de aplicação de glosas, multas ou compensações por prejuízos causados à Administração;

8.43. A cessão de crédito não isenta o Contratado de suas obrigações perante a Administração, permanecendo **inteiramente responsável pela execução do objeto contratual** e pelo cumprimento das demais cláusulas pactuadas.

### **Reajuste**

8.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2025.

8.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A15], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.47. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.48. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.49. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A3] [A4]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de comercialização de gás GLP, expedido por Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nos termos do art. 3º da RESOLUÇÃO ANP Nº 958, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU DE 09-10-2023.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A8]

### **Qualificação Econômico-Financeira[A9]**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos [A10] acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação*.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Apresentem Fornecimento contínuo de gêneros alimentícios, incluindo, mas não se limitando a, café (500g), açúcar (1kg) e garrafão de água mineral (20L)

9.31.1.2. e de gás liquefeito de petróleo (GLP).

9.31.1.3. Os contratos devem ter sido executados por um período mínimo de 12 meses, garantindo a experiência do fornecedor em fornecimentos contínuos e regulares.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A16]

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.116.063,07 (Um milhão, cento e dezesseis mil, sessenta e três reais e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.2 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. [A4]

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Data conforme autenticação digital no SIPAC.

(Autenticação digital no SIPAC)

Eliane Cardoso da Silva

Membro da equipe de planejamento da contratação

(Autenticação digital no SIPAC)  
Júlio César de Freitas Pinheiro  
Membro da equipe de planejamento da contratação

(Autenticação digital no SIPAC)  
Mateus Almeida Lima  
Membro da equipe de planejamento da contratação

(Autenticação digital no SIPAC)  
Neuziane Cavalcante Costa  
Membro da equipe de planejamento da contratação

(Autenticação digital no SIPAC)  
Rodrigo Rodrigues Nogueira  
Membro da equipe de planejamento da contratação

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

Anexo suprimido porque não se trata nem de Contratações de pequeno valor (art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024) nem de compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor (art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021).

## **14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 ano.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A4]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

### **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **18. 6. DOS CASOS OMISSOS**

### **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. 7. ALTERAÇÕES**

### **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 20. 8. FORO

### 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Amazonas, Seção Judiciária de Manaus - AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90002/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIO CESAR DE FREITAS PINHEIRO**

Equipe de apoio

**ELIANE CARDOSO DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**RODRIGO RODRIGUES NOGUEIRA**

Membro da comissão de contratação

**NEUZIANE CAVALCANTE COSTA**

Membro da comissão de contratação

**MATEUS ALMEIDA LIMA**

Membro da comissão de contratação



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_158142-000068-2024-2.pdf (167.37 KB)

# Estudo Técnico Preliminar 68/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23443.015798/2024-66

## 2. Descrição da necessidade

A aquisição de materiais de consumo, especificamente gêneros alimentícios como água mineral, garrafão para armazenamento de água mineral, açúcar, gás de cozinha, café e botijão para gás, é indispensável para atender às demandas diárias e regulares da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). O fornecimento será realizado de forma parcelada, seguindo um cronograma previamente estabelecido, conforme as condições, quantidades e exigências especificadas neste instrumento.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) busca garantir a continuidade de suas atividades institucionais e educacionais, atendendo às necessidades operacionais de suas unidades. Para tanto, a solução será parcelada, sendo realizada em grupos de itens com características similares, justificando-se com base na Súmula 241 do Tribunal de Contas da União (TCU), apoiando-se nos princípios da economicidade, eficiência e competitividade, promovendo uma gestão pública mais vantajosa.

**Especificação Adicional:** O item **botijão para gás** deverá ser adquirido cheio, contendo gás de cozinha (GLP) em sua totalidade, pronto para uso, de modo a atender às necessidades imediatas e contínuas das unidades administrativas e acadêmicas do IFAM.

A contratação dos gêneros alimentícios tem como objetivo promover condições adequadas de trabalho, atendimento e aprendizado, em conformidade com as diretrizes da **Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24)** do Ministério do Trabalho. Essas medidas visam assegurar conforto, saúde e bem-estar aos servidores, estudantes e demais usuários, contribuindo diretamente para a criação de um ambiente institucional produtivo, saudável e satisfatório. Assim, busca-se garantir a manutenção dos níveis de desempenho necessários para o pleno funcionamento das atividades administrativas e educacionais do IFAM.

### Fundamentação da Essencialidade da Contratação

A aquisição de materiais de consumo, em especial gêneros alimentícios como água mineral, açúcar, gás de cozinha, café e botijões para gás, é imprescindível para o funcionamento contínuo e regular das atividades administrativas e educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Essa aquisição destina-se a suprir as demandas diárias da Reitoria, sendo realizada de forma parcelada, em conformidade com cronogramas estabelecidos e as condições especificadas no instrumento convocatório.

A essencialidade dessa contratação está respaldada em três pilares principais:

#### 1. Continuidade das Atividades Institucionais

O IFAM desempenha atividades administrativas e educacionais que exigem infraestrutura e insumos adequados para sua execução. A indisponibilidade de itens básicos, como água potável, café e gás de cozinha, comprometeria o suporte às reuniões, ao atendimento de

servidores, estudantes e visitantes, bem como à operação de cantinas e refeitórios, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados.

## 2. Cumprimento de Normas Regulamentadoras e Bem-Estar dos Usuários

Em consonância com a Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) do Ministério do Trabalho, é necessário prover instalações e condições que assegurem o conforto, a saúde e o bem-estar de servidores e estudantes. O fornecimento de itens como água potável e café nas dependências do IFAM contribui para a manutenção de um ambiente institucional saudável e produtivo, essencial para o desempenho das atividades diárias.

## 3. Eficiência Econômica e Operacional

A contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita contratações compartilhadas entre a Reitoria, garantindo maior eficiência na gestão de recursos públicos. A padronização no fornecimento e o escalonamento das entregas, conforme cronograma previamente ajustado, asseguram economia e racionalização, além de mitigar riscos relacionados à interrupção do fornecimento.

## Impactos Esperados

A ausência de fornecimento desses itens prejudicaria o pleno funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas, comprometendo tanto o ambiente de trabalho dos servidores quanto o aprendizado dos estudantes. A oferta de gêneros alimentícios e materiais correlatos desempenha um papel fundamental no suporte às rotinas institucionais, assegurando níveis adequados de desempenho e atendimento às demandas internas e externas.

## Conclusão

A aquisição desses gêneros alimentícios e materiais correlatos não é apenas uma necessidade logística, mas uma condição indispensável para a manutenção das atividades do IFAM. Essa contratação reflete o compromisso da instituição com a qualidade dos serviços prestados, a saúde ocupacional e o atendimento eficiente às suas unidades administrativas e acadêmicas.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Administração	Fábio Teixeira Lima

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Objeto da Contratação

A presente contratação visa à aquisição de materiais de consumo classificados como gêneros alimentícios (água mineral, açúcar, gás de cozinha, café e botijão para gás) para atender às necessidades da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). As quantidades serão fornecidas conforme as solicitações encaminhadas pelas unidades do IFAM, respeitando os critérios e especificações técnicas descritas neste documento.

## 4.2. Especificações Técnicas e Requisitos de Qualidade

Conforme os termos da **Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 01/10**, os bens adquiridos devem atender aos seguintes critérios:

- Classificação como bem comum, com padrões de desempenho e qualidade definidos por especificações usuais de mercado.
- Produtos, preferencialmente, fabricados com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme normas **ABNT NBR 15448-1 e 15448-2**.
- Acondicionamento em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis e que garantam máxima proteção durante transporte e armazenamento.

## 4.3. Entrega e Prazos

- A entrega dos materiais será realizada de forma parcelada durante o período de **12 meses**, conforme solicitado pelo setor responsável.
- O prazo para atendimento após a solicitação será de até **5 (cinco) dias úteis**, e a entrega deverá ocorrer no(s) endereço(s) indicado(s) no edital.
- Os materiais deverão estar em conformidade com o padrão seguido pelo órgão e atender às especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

## 4.4. Enquadramento Legal

A licitação será realizada por **pregão eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme disposto no **artigo 82 da Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 11.462/2023**. O processo obedecerá às diretrizes estabelecidas nas **Instruções Normativas SEGES/MP nº 05 /2017, nº 58/2022 e nº 73/2022**.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para a presente licitação fundamenta-se no disposto no **artigo 82 da Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 11.462/2023**, que regulamenta a modalidade. Além disso, o procedimento atende às diretrizes das **Instruções Normativas SEGES /ME nº 05/2017, nº 58/2022 e nº 73/2022**, considerando as seguintes hipóteses e justificativas:

### 1. Natureza do Objeto

- A contratação de gêneros alimentícios como água, açúcar, gás, café e botijão para gás é caracterizada por itens de consumo recorrente e contínuo, com demandas que variam ao longo do período de execução. Essa característica torna o **SRP adequado**, pois possibilita o registro de preços para aquisições conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata de todas as quantidades estimadas.

### 2. Eficiência Administrativa

- O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite a otimização do processo de contratação, especialmente em uma instituição multicampi como o IFAM, ao possibilitar o parcelamento do objeto em grupos de itens similares. Essa solução viabiliza a aquisição conjunta para diversas unidades, promovendo economia de

escala, padronização do fornecimento e redução de custos operacionais. Tal abordagem atende ao princípio da eficiência administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

### 3. Enquadramento Legal nas Hipóteses de Aplicação

- O SRP é adequado para contratações que envolvam:
  - a) **Bens de uso comum**, com especificações padronizadas, como gêneros alimentícios, cuja demanda é contínua e previsível ao longo do exercício;
  - b) **A necessidade de atendimento a múltiplas unidades administrativas** caracterizando uma aquisição compartilhada;
  - c) **Entrega parcelada**, de acordo com a demanda específica de cada unidade e respeitando os prazos estipulados.
- 
- **Enquadramento no Art. 3º, inciso I e III do Decreto 11.462/2023, in verbis:**  
**I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;**  
**[...]**

### 4. Base Normativa Complementar

- A escolha do SRP também é respaldada pelo **artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023**, que define a modalidade como apropriada para contratações recorrentes, permitindo maior flexibilidade e planejamento no uso dos recursos públicos.

### 5. Justificativa da Escolha

- A decisão pela adoção do SRP foi motivada pela necessidade de garantir **maior previsibilidade e controle orçamentário**, alinhando-se às diretrizes do planejamento estratégico do IFAM e assegurando o abastecimento contínuo de materiais essenciais para o funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas. Essa abordagem evita desperdícios, atende à sazonalidade das demandas e assegura a economicidade no uso dos recursos públicos.

#### 4.5. Requisitos para Participação das Licitantes

As empresas interessadas deverão atender aos seguintes critérios:

##### 4.5.1. Prazo de Validade

- Para produtos perecíveis, o prazo de validade na data de entrega não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

##### 4.5.2. Compatibilidade com o Objeto

- Ser empresa do ramo de atividade compatível com as características, quantidades e prazos exigidos na contratação.

#### 4.5.3. Credenciamento e Responsabilidade

- A empresa deverá estar devidamente credenciada no sistema do pregão eletrônico, sendo responsável por suas transações e demonstrando capacidade técnica para participação no certame.

#### 4.5.4. Atualização Cadastral

- Manter seus dados atualizados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, corrigindo qualquer inconsistência identificada, imediatamente após a detecção.

### 5. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

#### 5.1. Obrigações da Contratada

A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, sempre que aplicáveis:

##### 5.1.1. Práticas Gerais de Sustentabilidade

- Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos abaixo, em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e a **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010**.

##### 5.1.2. Requisitos dos Bens

Os bens adquiridos deverão atender aos seguintes critérios:

###### 1. Composição Sustentável

- Ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as normas **ABNT NBR 15448-1 e 15448-2**.

###### 2. Acondicionamento

- Preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis. As embalagens devem garantir a máxima proteção dos produtos durante o transporte e armazenamento, reduzindo o impacto ambiental.

###### 3. Substâncias Restritas

- Não conter substâncias perigosas em concentração acima dos limites especificados na **diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, incluindo:
  - Mercúrio (Hg),
  - Chumbo (Pb),
  - Cromo hexavalente (Cr (VI)),
  - Cádmio (Cd),
  - Bifenil-polibromados (PBBs),
  - Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

##### 5.1.3. Requisitos Específicos para Água Mineral

Para a aquisição de água mineral, devem ser observadas as seguintes condições:

1. A atividade de fabricação ou industrialização do produto deverá estar enquadrada no **Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013**, que regulamenta a fabricação de bebidas não alcoólicas e o engarrafamento de águas minerais.
2. O fabricante deve estar regularmente registrado no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, conforme disposto no artigo 17, inciso II, da **Lei nº 6.938/1981**.

#### 5.1.4. Requisitos Específicos para a Aquisição de Botijões de Gás de Cozinha

##### 1. Materiais e Conformidade

- Botijões fabricados com materiais recicláveis, atóxicos e em conformidade com as normas **ABNT NBR 8460** e **certificação INMETRO**.

##### 2. Logística Reversa

- Implementação de sistemas para recolhimento e destinação adequada de botijões descartados, conforme a **Lei nº 12.305/2010**.

##### 3. Transporte e Embalagem

- Transporte sustentável com rotas otimizadas e veículos de baixa emissão. Embalagens mínimas, recicláveis ou biodegradáveis.

##### 4. Certificações Ambientais

- Preferência por fabricantes certificados, como **ISO 14001**, que atestem práticas de gestão ambiental.

##### 5. Durabilidade

- Botijões de longa vida útil e reutilizáveis, com garantias de segurança e desempenho.

##### 6. Impacto Social e Ético

- Fornecedores em conformidade com legislações trabalhistas e ambientais, promovendo práticas responsáveis.

##### 7. Uso Sustentável

- Fornecimento de orientações para consumo eficiente e seguro do gás de cozinha.

#### 5.1.5. Logística Reversa e Destinação Ambientalmente Adequada

A contratada deverá implementar sistemas de logística reversa, nos seguintes termos:

##### 1. Recolhimento e Destinação

- Recolher os resíduos gerados junto aos usuários de origem, possibilitando a entrega dos materiais ao fornecedor original ou a um estabelecimento comercial autorizado para fins de reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada.

##### 2. Independência do Serviço Público

- O sistema de logística reversa deverá ser independente dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

3. Cadastro Ambiental

- A contratada deve estar registrada no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, garantindo o cumprimento integral das normas ambientais aplicáveis.

5.2. Monitoramento e Fiscalização

A Administração se reserva o direito de monitorar o cumprimento das práticas de sustentabilidade estabelecidas, podendo solicitar documentação comprobatória ou realizar inspeções sempre que necessário. A descrição das atribuições do gestor de contrato, do fiscal técnico e do fiscal administrativo está no Termo de Referência no item "6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO".

6. Levantamento de Mercado

6. Levantamento de Mercado

6.1. Soluções Disponíveis no Mercado

6.1.1. A solução proposta é amplamente disponível no mercado, atendendo às especificações técnicas exigidas e sendo oferecida por um número significativo de fornecedores. Essa ampla oferta garante competitividade entre as empresas e favorece a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6.2. Licitações Similares Realizadas por Outros Órgãos

Foram analisadas licitações realizadas por outros órgãos públicos, cujos processos guardam semelhança com o objeto deste estudo. As referências incluem:

OBJETO	CONTRATANTE/UASG	COMPRA
Café 500gr	Procuradoria Geral de Justiça / 925849	Pregão nº 94011/2024
	FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL PURUS / 194048	Dispensa de Licitação Nº 90011/2024
	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/PA / 194048	Pregão nº 90003/2024
Açúcar 1kg	FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL PURUS / 194048	Dispensa de Licitação Nº 90011/2024
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus São Gabriel da Cachoeira / 158273	Pregão nº 90001/2024
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Solimões / 257025	Pregão nº 90005/2024
	Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ /RR / 980315	Pregão nº 25/2023

Gás GLP	Centro de Intendencia da Marinha em Belem / UASG: 784810	Pregão nº 90044/2024
	53º Batalhão de Infantaria de Selva / 160167	Pregão nº 90018/2024
Botija de Gás	FUNAI COORDENAÇÃO REGIONAL PURUS / 194048	Pregão nº 90004/2024
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia / 158148	Dispensa de Licitação Nº 90036/2024
	Prefeitura Municipal de Boa Vista / 980301	Pregão nº 90045/2024
Água mineral	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÀ / 980028	90008/2024
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste - PR / 257051	Pregão nº 90010/2024
	Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins / 925814	Pregão nº 90005/2024
Garrafão 20L	EMBRAPA RORAIMA/BOA VISTA/RR / 135005	Pregão nº 90015/2024
	Órgão: JUSTICA ELEITORAL / 70027	Pregão nº 90005/2024
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tapajos / 257045	Pregão nº 90003/2024

### 6.3. Justificativa para o Uso do Pregão Eletrônico por Registro de Preços

6.3.1. A modalidade de **Pregão Eletrônico por Registro de Preços** foi considerada a mais viável para atender às necessidades contínuas e recorrentes do IFAM, sem implicar em contratações obrigatórias durante a vigência da ata. A adoção do SRP está de acordo com o Art. 3º, II do

Decreto 11462/2023: *"II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;"*.

6.3.2. Para os itens que compõem o edital, verifica-se a existência de um número considerável de fornecedores no mercado, o que assegura ampla concorrência e condições favoráveis de contratação. Portanto, a adoção do SRP permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, garantindo a continuidade e a qualidade.

6.3.3. A pesquisa de preços dos itens será realizada por meio do **Banco de Preços** e complementada com dados de contratações anteriores, garantindo maior precisão na definição do preço de referência.

#### **6.4. Fornecimento Contínuo:**

6.4.1. A definição de fornecimento contínuo consta no art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, sendo as *"compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas"*. Dessa forma conclui-se que objeto da presente contratação tem caráter contínuo, tendo sua vigência preconizada nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

### **7. Descrição da solução como um todo**

#### **7. Descrição da Solução como um Todo**

##### **7.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios**

A solução proposta consiste na aquisição de gêneros alimentícios, com entrega parcelada, por preço fixo, durante o período de **12 meses**, conforme a demanda e os quantitativos requisitados pelo IFAM em cada pedido, respeitando o limite máximo de quantidade licitada.

##### **7.2. Modalidade de Contratação**

A aquisição será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a gestão eficiente dos recursos e a distribuição programada dos itens para atender às necessidades das unidades do IFAM. A adoção do SRP está de acordo com o Art. 3º, II do Decreto 11462/2023: *"II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;"*.

##### **7.3. Logística de Entrega**

Os produtos deverão ser entregues nos endereços listados a seguir, de acordo com as requisições realizadas pelas unidades do IFAM:

##### **Reitoria:**

- **Endereço:** Av. Ferreira Pena, nº 1109, Bairro: Centro, Manaus/AM. **CEP:** 69025-010

##### **Polo de Inovação:**

- **Endereço:** Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 1672 - Distrito Industrial. CEP 69.075-351 - Manaus/AM

Os endereços dos demais participantes constam em item específico do Termo de Referência.

## **7.5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos, conforme Art. 31 do Decreto 11462/2023:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Conforme Art. 24 do Decreto 11462/2023, as solicitações de adesão ao órgão gerenciador devem ser realizadas no sistema Gestão de

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

## **7.6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **7.7. RENOVAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E POSSIBILIDADE DE RESTABELECIMENTO DO QUANTITATIVO INICIALMENTE REGISTRADO**

O quantitativo inicialmente registrado poderá ser restabelecido quando da renovação da vigência da ata de registro de preços desde que:

- (a) seja comprovado o preço vantajoso;
- (b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- (c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação e
- (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrado por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência;

Consoante consta do PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU onde a questão foi analisada da seguinte forma: "2.2. Análise Neste cenário, verifica-se da instrução processual, então, que manifestaram-se nos autos a CGAQ/SCGP/CGU/AGU, a CONJUR/CGU, a CONJUR/MGI, a PGFN, a CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e a CNLCA/CGU/AGU convergindo o entendimento no sentido de que há a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços desde que

- (a) seja comprovado o preço vantajoso;
- (b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- (c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação e
- (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrado por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência. Conforme sabido, na nova Lei de Licitações, o Registro de Preços foi previsto dentre os procedimentos auxiliares das licitações e contratações (art. 78 e art. 82 a 86) e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023.

Ele foi definido como sendo o "conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras" (art. 6º, inc. XLV, da Lei 14.133/2021 e art. 2º, inc. I, do Decreto 11.462/2023) Segundo prescrito, este procedimento tem o objetivo de "facilitar o gerenciamento dos contratos, nas situações em que a necessidade da Administração em relação a determinados bens é contínuas e pode ser dividida em unidades específicas"; pois permite "formalizar e anotar a pretensão de certos interessados em fornecer certos bens ou serviços que o Poder Público necessita corriqueiramente, mas em quantidades que não são possíveis de serem estabelecidas previamente."

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Base de Cálculo das Quantidades

As quantidades a serem contratadas foram estimadas com base no consumo anual registrado pelas unidades, considerando os seguintes fatores:

- **Histórico de demandas registradas no sistema interno do almoxarifado**, que reflete o consumo real de períodos anteriores.
- **Planejamento anual de compras da unidade**, elaborado com base nas necessidades operacionais previstas e nas atividades institucionais programadas para o exercício.

8.1.1. Consumo Individualizado

As estimativas de consumo foram detalhadas de forma a contemplar as necessidades específicas do órgão gerenciador, bem como dos órgãos e entidades participantes. Essa abordagem permite um planejamento eficiente, garantindo o atendimento das demandas de forma integrada e equilibrada.

- **Órgão Gerenciador:** Reitoria

GRUPO 01: REITORIA DO IFAM						
ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	UNID. FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Café, Chá e Chocolate	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses,	Pacote 500gr	2.500	R\$ 21,37	R\$ 53.245,00
2	Açúcar, Confeitos, Castanhas, Nozes e Similares	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12 meses	Embalagem 1kg	2.500	R\$ 4,94	R\$ 12.350,00
3	Bebidas não Alcoólicas	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	Garrafão	8.250	R\$ 10,15	R\$ 83.738,00
4	Garrafas e Jarros	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222 /14328	Unid.	414	R\$ 19,47	R\$ 8.061,00
5	Gases Comprimidos e Liquefeitos	G á s de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	Quilograma	910	R\$ 10,51	R\$ 9.564,00
	CILINDROS COMERCIAIS	BOTIJÃO PARA GÁS: ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE				

6	E INDUSTRIAIS PARA GASES	SEGURANÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 13, USO: DOMÉSTICO	Unidade	70	R\$ 266,44	R\$ 18.561,00
SUBTOTAL GRUPO 01						R\$ 185.788,00

- Participante: Polo de Inovação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Café	pacote 500g	336	R\$ 21,37	R\$ 7.180,32
2	Açúcar	pacote 1kg	240	R\$ 4,94	R\$ 1.185,6
3	Água mineral	garrafão 20L	384	R\$ 10,15	R\$ 3.897,6
4	Garrafão 20L	unidade	7	R\$ 19,47	R\$ 136,29
5	Gás GLP	quilograma	195	R\$ 10,51	R\$ 3.024,45
6	botijão para gás	unidade	2	R\$ 266,44	R\$ 532,88
SUBTOTAL				R\$ 15.957,14	

8.1.2. Ajustes e Precauções

O levantamento de consumo considerou eventuais sazonalidades, ajustes em decorrência de atividades específicas e fatores que possam influenciar o consumo durante o período de vigência da contratação.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 201.745,14

O custo estimado da contratação é de **R\$ 201.745,14** (duzentos e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavo ), conforme custos unitários apostos nas tabelas constantes no item 8 deste ETP.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será parcelada, sendo realizada em grupos de itens com características similares, justificando-se com base na Súmula 241 do Tribunal de Contas da União (TCU), apoiando-se nos princípios da economicidade, eficiência e competitividade, promovendo uma gestão pública mais vantajosa.

A Súmula 241 do TCU estabelece que:

"É obrigatória a divisão do objeto da licitação em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a competitividade, sem perda da economia de escala."

### **Fundamentação do Parcelamento**

Os itens café, açúcar, gás e água possuem características próprias de uso, armazenagem e fornecimento:

- Café e açúcar são produtos perecíveis, sujeitos à sazonalidade e com especificidades quanto à qualidade e validade.
- O gás tem características de transporte e armazenagem que envolvem questões de segurança e regulamentação específica.
- A água exige logística de fornecimento distinta, com critérios de pureza, acondicionamento e transporte adequados.

Parcelar a contratação em grupos permite que fornecedores especializados em cada tipo de produto participem, aumentando a competitividade.

**Aumento da Competitividade** Com a divisão em grupos, é possível atrair fornecedores diferentes, inclusive pequenos e médios, que muitas vezes não têm condições de atender a uma contratação global. Isso reduz o risco de restrição de mercado e fomenta a concorrência, garantindo o amplo acesso ao certame.

**Viabilidade Técnica e Econômica** O parcelamento é técnica e economicamente viável, pois:

- Evita contratações globais que podem limitar a eficiência operacional e encarecer o processo.
- Permite negociações específicas para cada grupo, com condições mais vantajosas para a Administração Pública.
- Mantém a possibilidade de obter economia de escala dentro de cada grupo, sem comprometer os benefícios do parcelamento.

**Eficiência na Gestão dos Recursos Públicos** O parcelamento permite adequar as contratações à real necessidade da Administração, evitando estoques excessivos e desperdícios. Também facilita o controle logístico e financeiro, permitindo entregas fracionadas conforme a demanda.

**Conformidade Legal e Melhoria no Certame** O parcelamento está em conformidade com os princípios da isonomia, da moralidade e da transparência, garantidos pela Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93 ou sua atualização pela Lei 14.133/2021). Melhora a governança do processo licitatório, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa.

### **Conclusão**

O parcelamento da solução para contratação de café, açúcar, gás e água, conforme preconizado pela Súmula 241 do TCU, promove:

- Maior competitividade no certame.
- Redução de custos por meio de contratações mais específicas e otimizadas.
- Eficiência e transparência na gestão pública.

Assim, o parcelamento não apenas cumpre exigências legais, mas também é uma prática recomendada para garantir o melhor uso dos recursos públicos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Ausência de Contratações Correlatas e Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto em questão, considerando que os materiais a serem adquiridos são de uso comum, devidamente especificados e amplamente disponíveis no mercado.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Id pca PNCP: 10792928000100-0-000003/2024

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

Detalhamento por Categoria

Material

Id do item no PCA

2 / 3 / 5 / 6 / 10 / 11

Classe/Grupo

8960 / 6830 / 8955 / 8925 / 8125 / 8120

Identificador da Futura Contratação

158142-4/2025 / 158142-4/2025 / 158142-3/2025 / 158142-3/2025 / 158142-7/2025 / 158142-8/2025

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 13. Benefícios a serem Alcançados com a Contratação

#### 13.1. Objetivos da Contratação

A presente contratação tem como objetivo garantir o fornecimento de **água mineral, garrafão para armazenamento de água mineral, açúcar, gás de cozinha e botijão de gás** para suporte às atividades diárias da Reitoria do IFAM. Esses itens são essenciais para o bom funcionamento das operações, beneficiando servidores, prestadores de serviços e visitantes durante o expediente.

#### 13.2. Resultados Esperados

- **Atendimento das Necessidades Operacionais:**

Garantir o fornecimento contínuo, regular e de qualidade dos itens descritos no edital, assegurando que as demandas administrativas e institucionais sejam plenamente atendidas.

- **Qualidade e Economia:**

Realizar a contratação ao menor preço, sem comprometer os padrões de qualidade e as especificações técnicas exigidas, promovendo o uso eficiente e econômico dos recursos públicos.

- **Bem-Estar e Conforto dos Usuários:**

Proporcionar suporte adequado aos servidores, prestadores de serviços e visitantes, contribuindo para a criação de um ambiente produtivo, funcional e acolhedor na Reitoria do IFAM.

## 14. Providências a serem Adotadas

### 14. Providências a serem Adotadas

#### 14.1. Etapas do Processo

1. **Elaboração do Termo de Referência:**

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, será elaborado o Termo de Referência, que, após aprovação pela Administração, servirá como base para a realização da licitação.

2. **Realização da Licitação:**

A licitação será conduzida na modalidade de **Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme legislação vigente.

3. **Homologação e Execução:**

Após a homologação do certame, a Reitoria do IFAM realizará os pedidos conforme os quantitativos requisitados pelo CMAT, atendendo às necessidades operacionais e assegurando a reposição adequada dos itens contratados.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de gêneros alimentícios como café, açúcar, água mineral, garrafão de 20 litros e botija de 13kg para a Reitoria do IFAM pode ter diversos impactos ambientais. Vamos analisar cada um deles:

### **Café**

A produção de café pode causar desmatamento, uso excessivo de água e contaminação do solo e dos cursos d'água devido ao uso de fertilizantes e pesticidas. Além disso, a pegada de carbono associada ao transporte e processamento do café é significativa.

### **Açúcar**

A cultura da cana-de-açúcar também apresenta impactos ambientais consideráveis, como a redução da biodiversidade, contaminação do solo e da água por agrotóxicos, e emissão de gases de efeito estufa devido às queimadas durante a colheita. A monocultura da cana-de-açúcar pode levar à degradação do solo e à perda de habitats naturais.

### **Água Mineral**

A produção e o consumo de água mineral engarrafada têm um impacto ambiental significativo devido ao uso de plástico para as garrafas, que pode levar à poluição se não for reciclado adequadamente. Além disso, a extração de água mineral pode afetar os aquíferos e fontes naturais.

### **Garrafão de 20 Litros**

O uso de garrafões de 20 litros para água mineral também envolve o uso de plástico, que pode contribuir para a poluição ambiental se não for reciclado corretamente. A produção e transporte desses garrafões também têm uma pegada de carbono associada.

### **Botija de 13kg**

A utilização de botijas de gás de 13kg, geralmente de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), envolve a extração e processamento de combustíveis fósseis, que são fontes não-renováveis e contribuem para a emissão de gases de efeito estufa. Além disso, o transporte e armazenamento dessas botijas também têm impactos ambientais.

### **Medidas Mitigadoras**

Para minimizar esses impactos, algumas medidas podem ser adotadas:

- **Café:** Optar por café certificado como orgânico ou de comércio justo, que utiliza práticas agrícolas sustentáveis.
- **Açúcar:** Preferir açúcar produzido com práticas sustentáveis que minimizem o uso de agrotóxicos e queimadas.
- **Água Mineral:** Incentivar o uso de sistemas de filtragem de água potável para reduzir a dependência de água engarrafada.
- **Garrafão de 20 Litros:** Promover a reciclagem dos garrafões e utilizar materiais recicláveis na sua produção.
- **Botija de 13kg:** Buscar alternativas de energia mais sustentáveis, como o uso de biogás ou outras fontes renováveis.

Essas ações podem ajudar a reduzir os impactos ambientais associados à aquisição desses gêneros alimentícios e contribuir para a sustentabilidade das operações da Reitoria do IFAM.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELIANE CARDOSO DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**JULIO CESAR DE FREITAS PINHEIRO**

Assistente em Administração

**MATEUS ALMEIDA LIMA**

Membro da comissão de contratação

**NEUZIANE CAVALCANTE COSTA**

Membro da comissão de contratação

**RODRIGO RODRIGUES NOGUEIRA**

Membro da comissão de contratação

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

(Processo Administrativo nº 23443.015798/2024-66)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2025, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS - IFAM / REITORIA E .....

A União, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/Reitoria, com sede na Rua Ferreira Pena, nº 1109, Bairro Centro, CEP: 69025-010, na cidade de Manaus - AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.792.928/0001-00, neste ato representado pelo Magnífico Reitor, sr. Jaime Cavalcante Alves, nomeado pelo Decreto de 21 de junho de 2023, publicado no DOU de 21 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 112.53-13, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23443.015798/2024-66 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] SRP nº 90002/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de gêneros alimentícios, café, açúcar, água mineral, vasilhame de 20 litros para água mineral, recarga de gás GLP e botija para recarga de gás, a fim de atender à Reitoria do IFAM, Campi do IFAM e demais órgãos participantes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Café torrado moído, empacotado a vácuo, intensidade média, validade mínima de 12 meses.	463592	Pacote 500g	2500	R\$	R\$
2	Açúcar refinado, coloração branca, validade mínima de 12	463997	Embalagem 1kg	2500	R\$	R\$

	meses.					
3	Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás.	445485	Garrafão de 20L	8250	R\$	R\$
4	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222/14328.	402921	Unidade	414	R\$	R\$
5	Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Uso: Doméstico.	461652	Quilograma	910 kg	R\$	R\$
6	Botijão para gás: Acessórios: com válvula e mecanismo de segurança, capacidade: cerca de 13, uso: doméstico.	461517	Unidade	70	R\$	R\$
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado por igual período, por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. A presente aquisição não admite subcontratação, por motivo de natureza estratégica, pela necessidade de controle direto da execução ou pelo risco de perda de qualidade e padronização, Item 4, 4.15 do Termo de Referência desta contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) ano;
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.26. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.27. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
  - I) Gestão/unidade: [...];
  - II) Fonte de recursos: [...];
  - III) Programa de trabalho: [...];
  - IV) Elemento de despesa: [...]; e
  - V) Plano interno: [...]; e
  - VI) Nota de empenho: [...];
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus-AM - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [2025].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## MODELO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/Reitoria, com sede na Rua Ferreira Pena, nº 1109, Bairro Centro, CEP: 69025-010, na cidade de Manaus - AM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.792.928/0001-00, neste ato representado(a) pelo Magnífico Reitor, sr. Jaime Cavalcante Alves, nomeado pelo Decreto de 21 de junho de 2023, publicado no DOU de 21 de junho de 2023, Edição: 116-A, Seção: 2 - Extra A, Página: 1, portador da matrícula funcional nº 112.53-13, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90002/2025-000 SRP, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 23443.015798/2024-66, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de gêneros alimentícios, a saber: café, açúcar, água mineral, vasilhame de 20 litros para água mineral, recarga de gás GLP e botija para recarga de gás, a fim de atender à Reitoria do IFAM, Campi do IFAM e demais órgãos participantes, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../2025..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
GRUPO - 1						
01	Café torrado moído, empacotado a vácuo,	Pacote 500g	2500	2500	R\$	R\$

	intensidade média.					
02	Açúcar refinado, coloração branca.	Embalagem 1kg	2500	2500	R\$	R\$
03	Recarga de Água mineral natural, embalagem de plástico retornável, sem gás	Garrafão de 20L	8250	8250	R\$	R\$
04	Garrafão vazio, transparente, capacidade 20L, plástico retornável, conforme NBR 14222 /14328	Unidade	414	414	R\$	R\$
<b>GRUPO - 2</b>						
05	Recarga de Gás de Refinamento: Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Uso: Doméstico	Quilograma	910 kg	910 kg	R\$	R\$
06	Botijão para gás: Acessórios: com válvula e mecanismo de segurança, capacidade: cerca de 13, uso: doméstico, retornável.	Unidade	70	70	R\$	R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/Reitoria.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
1	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Pacote 500,00 G	280
2	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Embalagem 1,00 KG	220
3	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Garrafão 20,00 L	500

4	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Unidade	60
5	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Quilograma	1170
6	Participante – IFAM Campus Humaitá - 154783	Unidade	8
1	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Pacote 500,00 G	2500
2	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Embalagem 1,00 KG	2500
3	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Garrafão 20,00 L	8000
4	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Unidade	500
5	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Quilograma	780
6	Participante – IFAM Campus Manacapuru - 155422	Unidade	60
1	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Pacote 500,00 G	2500
2	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Embalagem 1,00 KG	2500
3	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Garrafão 20,00 L	8000
4	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Unidade	500
5	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Quilograma	520
6	Participante – IFAM Campus Iranduba - 156623	Unidade	40
1	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Pacote 500,00 G	2500
2	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Embalagem 1,00 KG	2500
3	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Garrafão 20,00 L	8000
4	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Unidade	500
5	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Quilograma	780
6	Participante – IFAM Campus Boca do Acre - 156746	Unidade	60
1	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Pacote 500,00 G	1000
2	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Embalagem 1,00 KG	1000
3	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Garrafão 20,00 L	4000
4	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Unidade	500
5	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Quilograma	910
6	Participante – IFAM Campus Tefé - 155440	Unidade	70
1	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Pacote 500,00 G	280
2	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Embalagem 1,00 KG	210
3	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Garrafão 20,00 L	1500
4	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Unidade	100
5	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Quilograma	450
6	Participante – IFAM Campus Coari - 158447	Unidade	8
1	Participante – IFAM Campus Maués - 158563	Pacote 500,00 G	624
2	Participante – IFAM Campus Maués - 158563	Embalagem 1,00 KG	650
1	Participante – IFAM Campus Lábrea - 158564	Pacote 500,00 G	500
2	Participante – IFAM Campus Lábrea - 158564	Embalagem 1,00 KG	500

3	Participante – IFAM Campus Lábrea - 158564	Garrafão 20,00 L	1000
4	Participante – IFAM Campus Lábrea - 158564	Unidade	20
5	Participante – IFAM Campus Lábrea - 158564	Quilograma	2470
1	Participante – IFGO - 158153	Pacote 500,00 G	600
2	Participante – IFGO - 158153	Embalagem 1,00 KG	250
1	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Pacote 500,00 G	650
2	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Embalagem 1,00 KG	650
3	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Garrafão 20,00 L	600
4	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Unidade	30
5	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Quilograma	260
6	Participante – IFAM - CMDI - 158446	Unidade	5
1	Participante – SUFRAMA - 193028	Pacote 500,00 G	2000
3	Participante – SUFRAMA - 193028	Garrafão 20,00 L	5500
5	Participante – SUFRAMA - 193028	Quilograma	650

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
  - 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

## **Dos limites para as adesões**

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e,
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

#### **Renovação de quantitativos inicialmente registrados em caso de prorrogação**

- 8.8. Caso ocorra a prorrogação do prazo de validade desta presente Ata de Registro de Preços, nos termos do item 5.1, os quantitativos inicialmente registrados poderão ser renovados, desde que:
  - I. seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;
  - II. haja previsão expressa no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços;
  - III. o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação; e,
  - IV. a prorrogação da Ata de Registro de Preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

#### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com  
preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta  
original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total